

INSS revisará 800 mil benefícios para cortar gasto e atender TCU

Contas públicas Previdência

Sob pressão do TCU, governo vai revisar até 800 mil benefícios

— INSS prepara perícias para identificar desembolsos indevidos com o BPC, pago a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência, e com o antigo auxílio-doença

BIANCA LIMA
DANIEL WETERMAN
BRASILIA

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) prevê realizar até 800 mil perícias presenciais do Benefício por Incapacidade Temporária, o antigo auxílio-doença, e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) até dezembro deste ano. Esse último é pago a idosos e pessoas de baixa renda com deficiência – e tem preocupado o governo pela sua forte trajetória de expansão.

O objetivo da força-tarefa é atender a exigências do Tribunal de Contas da União (TCU), que vem cobrando do governo a realização de revisões periódicas, como determina a lei, bem como contribuir para a agenda de revisão de gastos obrigatórios.

O debate sobre as despesas públicas e a sustentabilidade de gastos com benefícios previdenciários e assistenciais no médio e longo prazos ganhou força nas últimas semanas após os sinais de esgotamento das medidas arrecadatórias dentro do Congresso.

Um dos focos do INSS é reatualizar perícias no pagamento do auxílio-doença de longa duração, aquele que é prorrogado por mais de uma vez e pode du-

Foco de atenção
Volume de gastos com BPC preocupa o governo pela sua forte trajetória de expansão

rar vários meses. O INSS paga o auxílio após os primeiros 15 dias de licença, que são arcados pelas empresas. Atualmen-

te, pessoas continuam recebendo prorrogações automáticas do benefício mesmo sem ter direito por falta de perícia.

“Vamos ter condição de fazer essa revisão com frequência, não é mais só um movimento para economizar porque as contas estão apertadas. A revisão vai entrar na esteira de entrega ordinária. Até dezembro de 2024, vamos fazer até 800 mil perícias nessas duas áreas”, afirmou ao **Estadão** o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto.

Ele estima que, caso metade dos benefícios seja considera-

da indevida, o que é uma média quando se faz esse tipo de reavaliação, a revisão representaria um corte de R\$ 600 milhões por mês nos gastos do governo, chegando a R\$ 3,6 bilhões em seis meses. A cifra, segundo o INSS, já está embutida na previsão de economia de R\$ 9 bilhões com despesas previdenciárias que consta do Orçamento de 2024.

Esse “mutirão” de perícias será possível devido a dois fatores. O primeiro é a implementação do Atestmed, sistema que incentiva a troca da perícia médica presencial pela análise documental eletrônica em casos de benefícios de curta duração, de até 180 dias. O segundo é o pagamento de bônus aos servidores, processo que já conseguiu reduzir o prazo médio de espera do INSS para 37 dias (abaixo de 45 dias, que é o prazo regular). Essa força-tarefa prevê bonificação de R\$ 76 por perícia médica extraordinária realizada, e agora será aproveitada para a revisão dos benefícios. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1